



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

RELATÓRIO ANUAL 2020





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

PREFEITO

Orlando Morando Junior

VICE-PREFEITO

Marcelo de Lima Fernandes

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

José Luiz Gavinelli

SECRETÁRIA ADJUNTA DE FINANÇAS

Neusa Maria Sacchi

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Rogéria Leite Soares Gomes

ASSESSORA DE DIREÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Roseli Candida Santos

DIRETORA DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Maria Isabel da Silva Costa

DIRETOR DA SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Abmael Evangelista Rocha

DIRETOR DA SEÇÃO DE GESTÃO FISCAL

Rômulo Felício da Silva



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

EQUIPE TÉCNICA

CONTADORES

Crislaine Mateus

Gislene da Silva Santos

Ronaldo Barros Veloso

Sandra Cristina Costa de Oliveira

TÉCNICOS

Adriano Bruni Andriolo

Airton Coracini

Ana Paula Camargo

Anderson Saraceni

Eduardo Correa Carneiro

Eduardo Jesus Paes de Camargo

Fabio Duarte

George Mota Pereira

José Roberto da Silveira Lima

Lucimar da Silva Vicente

Pamela Ankosqui Napolitano

Rosana Berenguer

Tamiris Viana de Oliveira

Vanessa Mucida Coimbra

Valéria Delpezzo Passos

Wânia Luzinete da Silva



SUMÁRIO

O MUNICÍPIO	2
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS / SUBPREFEITURAS	5
RELATÓRIO TÉCNICO CONTÁBIL	6
DIRETRIZES CONTÁBEIS	9
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	13
BALANÇO FINANCEIRO	24
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	26
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31
BALANÇO PATRIMONIAL	32



MUNICÍPIO

O município de São Bernardo do Campo está localizado entre a capital paulista e o Porto de Santos, região Sudoeste do Brasil, no Estado de São Paulo. Compõe, juntamente com os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André e São Caetano do Sul a Região do Grande ABC. No âmbito da Região Metropolitana de São Paulo, os sete municípios formam a sub-região Sudeste.



Fonte: IBGE

Possui extensão territorial de 409,53 km², e uma população estimada em 844.483 pessoas (IBGE 2020), com índice de envelhecimento de 81,93% (2020) e taxa de natalidade em torno de 12,24 (por mil habitantes) (2019).

O desenvolvimento da cidade se mostra dinâmico entre as áreas da indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária, onde comércio e serviços se destacam com o percentual de 70,69% do PIB (ano 2018).

Vegetação

São Bernardo do Campo está situado no bioma da Mata Atlântica. Segundo o Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo (IF, 2009), o município possui 48,1%



de seu território coberto por florestas nativas, e em torno de 60% desta vegetação está inserida no Parque Estadual da Serra do Mar.

Dados Econômicos

O Município de São Bernardo do Campo está no ranking das vinte maiores economias do Brasil, segundo o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios (2017) e também em destaque entre os municípios da Região do Grande ABC, município de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo e Estado de São Paulo de 2015 a 2017, conforme demonstração nos quadros abaixo:

Tabela 1 - Ranking das vinte maiores economias do Brasil segundo o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, 2017

Ranking	UF	Município	PIB a preços correntes (em R\$ 1.000)	Participação percentual (%)	
				Relativa	Acumulada
1º	SP	São Paulo	699.288.352	10,62	10,62
2º	RJ	Rio de Janeiro	337.594.462	5,13	15,75
3º	DF	Brasília	244.682.756	3,72	19,47
4º	MG	Belo Horizonte	88.951.168	1,35	20,82
5º	PR	Curitiba	84.702.357	1,29	22,10
6º	SP	Osasco	77.910.496	1,18	23,29
7º	RS	Porto Alegre	73.862.306	1,12	24,41
8º	AM	Manaus	73.201.651	1,11	25,52
9º	BA	Salvador	62.717.483	0,95	26,47
10º	CE	Fortaleza	61.579.403	0,94	27,41
11º	SP	Campinas	59.053.563	0,90	28,31
12º	SP	Guarulhos	55.743.650	0,85	29,15
13º	PE	Recife	51.859.618	0,79	29,94
14º	GO	Goiânia	49.023.142	0,74	30,69
15º	SP	Barueri	47.553.589	0,72	31,41
16º	SP	São Bernardo do Campo	44.680.389	0,68	32,09
17º	SP	Jundiaí	41.227.953	0,63	32,71
18º	RJ	Duque de Caxias	40.892.161	0,62	33,33
19º	SP	São José dos Campos	39.829.404	0,61	33,94
20º	SP	Paulínia	35.346.490	0,54	34,48

Nota: Dados sujeitos a revisão.
Fonte: IBGE.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Tabela 2 - Produto Interno Bruto (PIB) em valores correntes (milhões de reais), municípios da Região do Grande ABC, Região Metropolitana de São Paulo e estado de São Paulo, 2015 a 2017

Município/Região	2015	2016	2017
São Bernardo do Campo	42.014	43.223	44.680
Diadema	13.680	13.419	13.413
Mauá	11.970	14.540	16.286
Ribeirão Pires	2.868	3.001	3.046
Rio Grande da Serra	535	608	611
Santo André	25.387	26.860	27.495
São Caetano do Sul	13.426	12.961	13.107
Região Metropolitana de São Paulo	1.057.903	1.162.287	1.197.529
Total do Estado de São Paulo	1.939.902	2.038.757	2.119.854

Notas: Os dados da série revisada têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais. Os dados de 2017 estarão sujeitos a revisão na próxima divulgação.
Fonte: IBGE, PIB dos municípios.



UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE CIDADANIA, ASSUNTOS JURÍDICOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SECRETARIA DE CHEFIA DO GABINETE

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE

SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TRABALHO E TURISMO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

SECRETARIA DE FINANÇAS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

SECRETARIA DE GOVERNO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL

SECRETARIA DE HABITAÇÃO

SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAS PÚBLICAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SUBPREFEITURAS

ALVARENGA

RIACHO GRANDE

COORDENADORIA DE RUDGE RAMOS



RELATÓRIO TÉCNICO CONTÁBIL

A Divisão de Contabilidade faz parte do Departamento de Contabilidade e Custos, que pertence a Secretaria de Finanças do Município e dispõe as informações desta Prestação de Contas, para exame e apreciação, a qualquer cidadão, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

A Divisão de Contabilidade tem as seguintes atribuições:

- ✓ Registrar, acompanhar e analisar o registro dos fatos e atos administrativos, conforme as normas exaradas pelo Conselho Federal de Contabilidade e legislação pertinente;
- ✓ Definir procedimentos contábeis adotados no registro do patrimônio do Município;
- ✓ Zelar pelo correto registro contábil do Município e pelo atendimento às normas vigentes;
- ✓ Fornecer informações relativas aos dados contábeis do Município aos órgãos externos de controle e fiscalização, especialmente as relativas a Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (AUDESP);
- ✓ Fornecer informações e dados sobre o registro das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas;
- ✓ Definir e divulgar fluxos e roteiros contábeis para despesas, receitas e demais registros de bens, direitos e obrigações;
- ✓ Acompanhar a execução de contratos firmados em face de seu cronograma de desembolso, aditamentos e demais implicações de natureza contábil;
- ✓ Manter registros inerentes aos estágios de execução da despesa: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Prestar informações relativas à execução de dispêndios de contratos e convênios;
- ✓ Estruturar e manter atualizados dados referentes à evolução da execução da despesa municipal.

OBJETIVO

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público do Município e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução



orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Municipal.

PRINCIPAIS AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

A Portaria STN nº 548/2015 estabeleceu prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais, sob a mesma base conceitual.

No contexto do Município, foram implantados os procedimentos a seguir:

Procedimentos Contábeis	Implementado na Prefeitura de São Bernardo do Campo	Obrigatoriedade dos registros contábeis
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Sim	Imediato
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Sim	Imediato
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Sim	Imediato
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	Sim	2018
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Sim	2020
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	Sim	2022

O Município tem implementado gradualmente as ações da Portaria 548/2015, de acordo com os prazos estipulados pelo Manual Aplicado ao Setor Público, editado e normatizado pela Secretaria do Tesouro Nacional.



Demonstrações Contábeis



DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir da escrituração realizada por meio do Sistema de Orçamento e Contabilidade Municipal - ORCOM, mediante a utilização do plano de contas e diretrizes do Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, refletindo registros nos sistemas de contas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de compensação.

Os registros contábeis das operações envolvendo os recursos da Prefeitura e as Demonstrações Contábeis por eles geradas foram elaborados e estão apresentados com observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCTSP por meio de normativos e orientações técnicas emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, à Lei Federal 4.320/1964 e à Lei Complementar nº 101/2000.

Além da legislação vigente, foram observadas as normas, instruções e procedimentos contábeis atinentes ao atual processo gradual de transição, em virtude da convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Pública, as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC's, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 8ª edição.

Este Relatório inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP 8ª edição e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCTSP, compostas por:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas.

Principais Dispositivos Legais

Na execução do orçamento do exercício de 2020, bem como nos demais eventos contábeis, foram observados as Normas, os Princípios de Contabilidade e os dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:



- Lei Federal nº 4.320/1964, que estatuiu normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública;
- Lei Complementar nº 101/2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Lei Orgânica do Município de São Bernardo do Campo, que dispôs sobre a Constituição Municipal;
- Lei Municipal nº 6.610/2017, que dispôs sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021;
- Lei Municipal nº 6.800/2019, que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020;
- Lei Municipal nº 6.870/2019, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2020;
- Decreto Municipal nº 21.048/2020, que fixou normas para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2020;
- Decreto Municipal nº 21.361/2020, que dispôs sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2020;
- Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações, que dispôs sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências;
- Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/2018 e Portaria STN nº 877/2018, que aprovaram a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e deram outras providências;
- Portaria STN nº 548/2015, que dispôs sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas, sob a mesma base conceitual;

Impactos decorrentes da Pandemia pelo Coronavírus (Covid-19)

No dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em Genebra, na Suíça, que o surto do novo Coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) - o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional;

No mês de fevereiro de 2020: em decorrência do avanço da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19), foi sancionada a Lei Federal nº 13.979, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Em 11 de março de 2020: a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus, foi caracterizada como uma pandemia.

O Município publicou o Decreto Municipal nº 21.111 em 16 de março de 2020.

Em 31 de março de 2020 a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo reconhece o estado de calamidade pública nos municípios do Estado.

No decorrer do exercício de 2020, houve publicação de diversos normativos que estão disponibilizados no Portal de Transparência COVID-19 no endereço eletrônico <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/transparencia/covid-19>, onde, também a Prefeitura divulga informações de recursos recebidos e aplicados, e medidas adotadas para o combate ao COVID-19.

No decorrer do exercício de 2020, destaca-se o recebimento de diversas transferências correntes e de capital, de origem Federal e Estadual relacionadas ao enfrentamento da COVID-19, que totalizaram R\$ 244.987.245,70 (duzentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos) e estão detalhadas a seguir:

ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR ARRECADADO (R\$)
DOAÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19 - FMS	4.013.540,43
DOAÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19 - FSS	137.303,15
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO DOAÇÕES PARA COVID-19 - FMS	1.393,57
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO DOAÇÕES PARA COVID-19 - FSS	129,20
MULTA POR INFRAÇÃO A DEC21157/20 - USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARA	500,00
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS - VINCULADOS	36.103.997,61
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS	117.593.890,38
TOTAL	157.850.754,34

AUXÍLIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS - Medida Provisória 938/2020 e Lei Complementar 173/2020

ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR ARRECADADO (R\$)
AFM - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS - MP 938/2020 (Livre Alocação)	5.306.545,73
PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO COVID-19 (Livre Alocação)	81.829.945,63
TOTAL	87.136.491,36

TOTAL GERAL ARRECADADO ATÉ 31/12/2020	244.987.245,70
--	-----------------------



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Com relação às transferências da União, destacamos Medida Provisória 938 que dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, e a Lei Aldir Blanc nº 14.017/2020, auxílio para profissionais do setor cultural.

Detalhamos a seguir quadro comparativo das Despesas Gerais da Saúde e os impactos dos gastos relacionados à Covid-19 na aplicação total em saúde.

DESPESAS GERAIS DA SAÚDE						
Fonte de Recurso	2019	2020			R\$	%
	Empenhado	Empenhado COVID-19	Empenhado Outras Despesas	Empenhado Total	Diferença	Variação
Tesouro	531.815.884	35.087.808	598.127.001	633.214.808	101.398.925	19,07%
Transferências Estaduais	27.225.144	35.636.472	36.520.621	72.157.093	44.931.949	165,04%
Fundos	4.557.685	578.765	7.996.428	8.575.193	4.017.508	88,15%
Transferências da União	356.971.863	101.564.781	455.525.904	557.090.686	200.118.822	56,06%
Operação de Crédito	49.220.857	-	1.482.212	1.482.212	47.738.645	-96,99%
TOTAL	969.791.433	172.867.826	1.099.652.167	1.272.519.992	302.728.559	31,22%

VALORES EMPENHADOS EM 2020 - COVID-19					
SECRETARIA	FONTE DE RECURSO				
	Tesouro	Transferências Estaduais	Fundos	Transferências da União	Total
GABINETE DO PREFEITO	-	-	556.939,00	-	556.939,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	208.056,84	-	-	-	208.056,84
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	1.835.378,14	-	-	-	1.835.378,14
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	10.079.186,95	-	-	54.672.861,64	64.752.048,59
SECRETARIA DE SAÚDE	35.087.807,91	35.636.471,74	578.764,76	101.564.781,22	172.867.825,63
SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA	36.766,00	-	-	-	36.766,00
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	2.500.000,00	-	-	-	2.500.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	1.679,30	-	-	-	1.679,30
SECRETARIA DE CIDADANIA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	3.752,00	-	-	-	3.752,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TRABALHO E TURISMO	6.320,00	-	-	-	6.320,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.031.488,86	37.850,00	702.547,21	307.162,45	2.079.048,52
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO	101.510,80	-	-	195.000,00	296.510,80
SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE	-	-	-	4.984.649,84	4.984.649,84
TOTAL	50.891.946,80	35.674.321,74	1.838.250,97	161.724.455,15	250.128.974,66



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1. O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. (Alterado pela Resolução CFC nº 1.268/2009)
2. As receitas orçamentárias são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação, seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (artigo 35 da Lei 4320/64) e são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em Reais (R\$), e estão apresentadas conforme classificação econômica (natureza da receita) constante na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e atualizações.
3. As despesas orçamentárias são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação; seguem o regime contábil de competência sendo consideradas realizadas quando do seu empenhamento (artigo 35 da Lei 4.320/64), e são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em Reais (R\$). As despesas orçamentárias constantes do balanço orçamentário estão apresentadas conforme classificação econômica (natureza da despesa) constante na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/01 e atualizações.
4. O Orçamento inicial para a Administração Direta, proposto pelo Executivo por meio da Lei Municipal nº 6.870/2019 detalhado a seguir:



SUMÁRIO DA RECEITA E DA DESPESA

R E C E I T A		D E S P E S A	
POR CATEGORIAS ECONÔMICAS		POR FUNÇÕES	
1 - RECEITAS CORRENTES	3.817.663.000	03 - Essencial à Justiça	20.039.000
11 - Impostos, Taxas e Contrib. Melhoria	1.563.809.000	04 - Administração	302.818.000
12 - Contribuições	65.952.000	06 - Segurança Pública	91.858.000
13 - Receita Patrimonial	179.457.000	08 - Assistência Social	51.025.000
16 - Receita de Serviços	7.827.000	09 - Previdência Social	460.000
17 - Transferências Correntes	1.836.736.000	10 - Saúde	1.200.340.000
19 - Outras Receitas Correntes	163.882.000	11 - Trabalho	37.436.000
		12 - Educação	942.326.000
		13 - Cultura	17.803.000
		14 - Direitos da Cidadania	326.000
		15 - Urbanismo	398.919.000
		16 - Habitação	246.947.000
2 - RECEITAS DE CAPITAL	1.335.882.000	17 - Saneamento	8.050.000
21 - Operações de Crédito	969.844.000	18 - Gestão Ambiental	12.935.000
22 - Alienação de Bens	106.720.000	19 - Ciência e Tecnologia	15.000
24 - Transferências de Capital	193.822.000	22 - Indústria	7.247.000
29 - Demais Receitas de Capital	65.496.000	23 - Comércio e Serviços	4.226.000
		24 - Comunicações	4.064.000
		26 - Transporte	954.651.000
		27 - Desporto e Lazer	24.450.000
		28 - Encargos Especiais	359.810.000
		99 - Reserva de Contingência	10.000.000
TOTAL	5.153.545.000	TOTAL	4.695.745.000
		Transferências Financeiras	457.800.000
		Inst de Prev do Munic. SBCampo	340.000.000
		Câmara Municipal	80.000.000
		Inst Munic. de Assist. à Saúde do Func.	13.000.000
		Fundação Criança de SBC	12.500.000
		Empresa de Transp. Coletivo de SBC	11.300.000
		AR de Serviços Públicos de SBC	1.000.000

5. O total de receitas estimadas no Orçamento original foi de R\$ 5.153.545.000,00; e no decorrer do exercício sofreu revisões, atingindo o montante realizado de R\$



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

4.091.169.927,27. Comparando-se com a receita prevista atualizada de R\$ 4.010.850.697,69 houve um superávit de arrecadação no montante de R\$ 80.319.229,58.

6. Em atenção ao Princípio Orçamentário do Equilíbrio, o total dos dispêndios fixados no Orçamento foi de R\$ 5.153.545.000,00 sendo R\$ 457.800.000,00 destinados às Transferências Financeiras e R\$ 4.695.745.000,00 às despesas orçamentárias do período, tendo finalizado o exercício com R\$ 3.872.051.549,66 de despesas empenhadas, obtendo assim uma economia de despesas em relação ao montante de R\$ 5.088.926.227,01 das dotações atualizadas na ordem de R\$ 1.216.874.677,35.
7. O resultado orçamentário do exercício de 2020 foi superavitário e apurou o montante de R\$ 219.118.377,61 conforme detalhado nos quadros abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2020	
RECEITA	R\$
Realizada	4.091.169.927,27
(-) Prevista Atualizada	4.010.850.697,69
(=) SUPERÁVIT DE ARRECADAÇÃO	80.319.229,58
DESPESA	
Executada	3.872.051.549,66
(-) Fixada	5.088.926.227,01
(=) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	(1.216.874.677,35)
ATUALIZADO	
Receita Prevista Atualizada	4.010.850.697,69
(-) Despesa Fixada Atualizada	5.088.926.227,01
(=) ORÇAMENTO DEFICITÁRIO	(1.078.075.529,32)
EXECUTADO	
Receita Realizada	4.091.169.927,27
(-) Despesa Executada	3.872.051.549,66
(=) SUPERÁVIT DE EXECUÇÃO	219.118.377,61

8. O resultado orçamentário do exercício de 2020 no montante de R\$ 219.118.377,61 foi apurado considerando as operações intraorçamentárias conforme quadro detalhado a seguir:



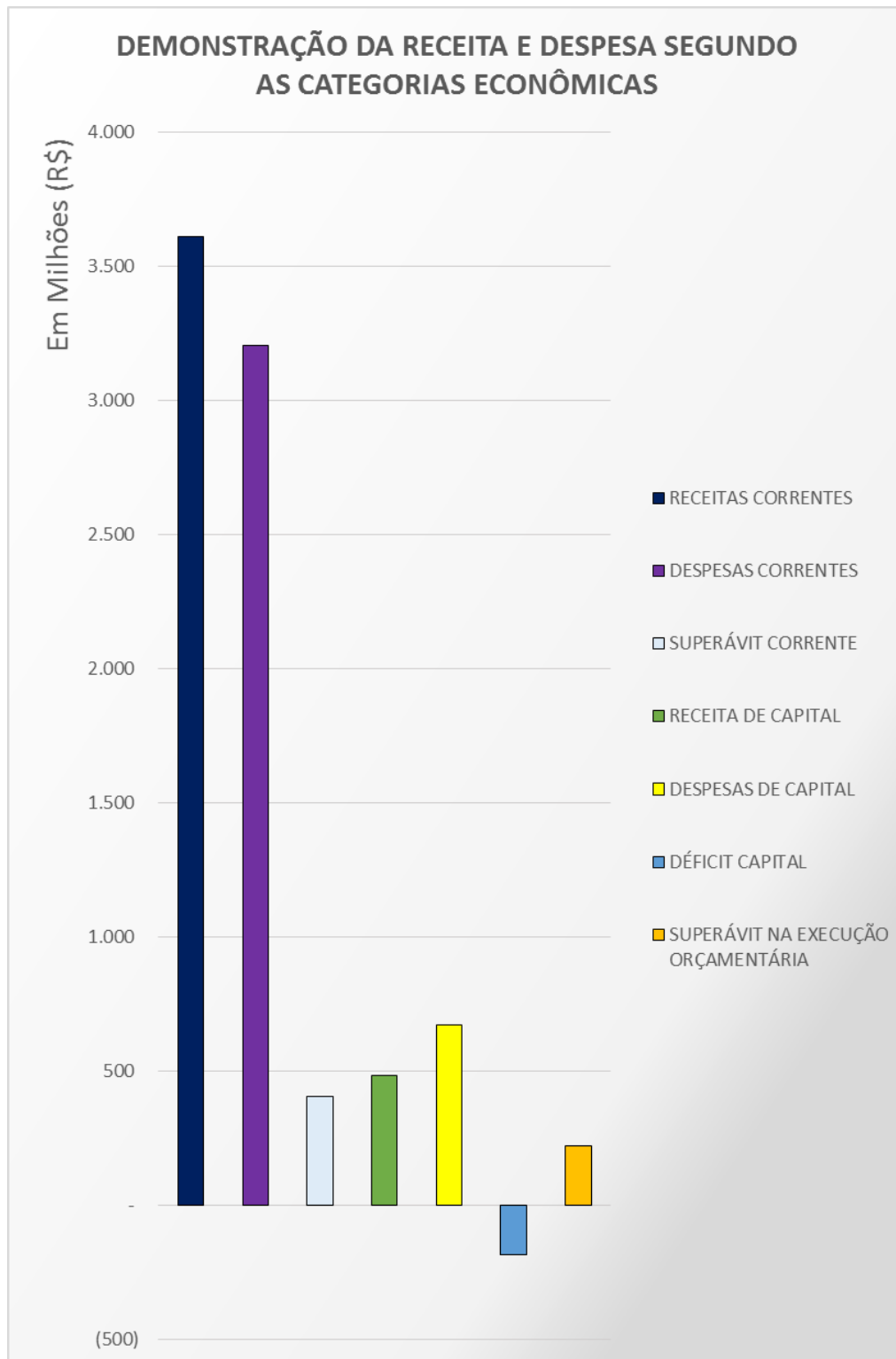
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		
	R\$	%
TOTAL DE RECEITAS ARRECADADAS	4.091.169.927,27	100,00
ORÇAMENTÁRIA		
Receitas Correntes	3.607.330.267,66	88,17
Receitas de Capital	483.740.788,61	11,82
INTRA-ORÇAMENTÁRIA		
Receitas Correntes	98.871,00	0,00
Receitas de Capital	-	-
TOTAL DE DESPESAS EMPENHADAS	3.872.051.549,66	100,00
ORÇAMENTÁRIA		
Despesas Correntes	3.025.312.219,38	78,13
Despesas de Capital	656.352.894,07	16,95
INTRA-ORÇAMENTÁRIA		
Despesas Correntes	177.891.642,37	4,59
Despesas de Capital	12.494.793,84	0,32
Superávit Orçamentário	219.118.377,61	

9. A alteração do valor dos créditos orçamentários iniciais e suas fontes de financiamento estão detalhadas a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR
CRÉDITOS	1.526.984.250,63
Suplementares	1.455.602.590,73
Especiais	46.221.156,11
Extraordinários	25.160.503,79
REDUÇÃO DAS DESPESAS	1.133.803.023,62
TOTAL DO ACRÉSCIMO LÍQUIDO	393.181.227,01
FONTE DE FINANCIAMENTO	393.181.227,01
Excesso de Arrecadação	304.409.633,06
Superávit Financeiro	71.762.709,63
Reabertura de Crédito	17.008.884,32

10. O superávit corrente foi no valor de R\$ 404.225.276,91 o que favoreceu uma capitalização no Déficit do orçamento de capital, que ocorreu em consequência de recursos de transferências não recebidos.



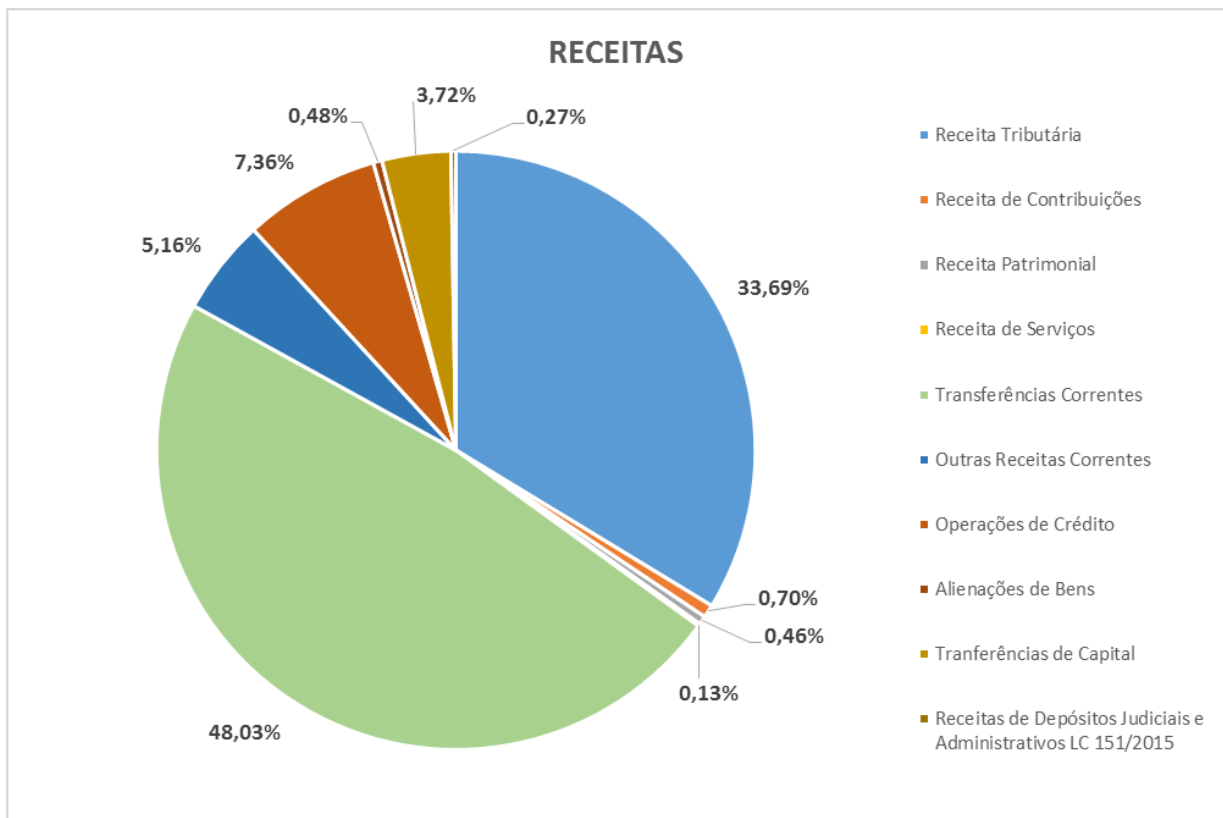
11. A composição das Receitas por subcategorias está detalhada no quadro abaixo:



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR	AV
Receita Tributária	1.378.445.028,96	33,69%
Receita de Contribuições	28.528.549,54	0,70%
Receita Patrimonial	18.951.890,94	0,46%
Receita de Serviços	5.241.122,15	0,13%
Transferências Correntes	1.965.038.315,07	48,03%
Outras Receitas Correntes	211.224.232,00	5,16%
Operações de Crédito	301.309.378,45	7,36%
Alienações de Bens	19.442.775,84	0,48%
Transferências de Capital	152.039.936,89	3,72%
Receitas de Depósitos Judiciais e Administrativos LC 151/2015	10.948.697,43	0,27%
TOTAL DE RECEITAS	4.091.169.927,27	100,00%

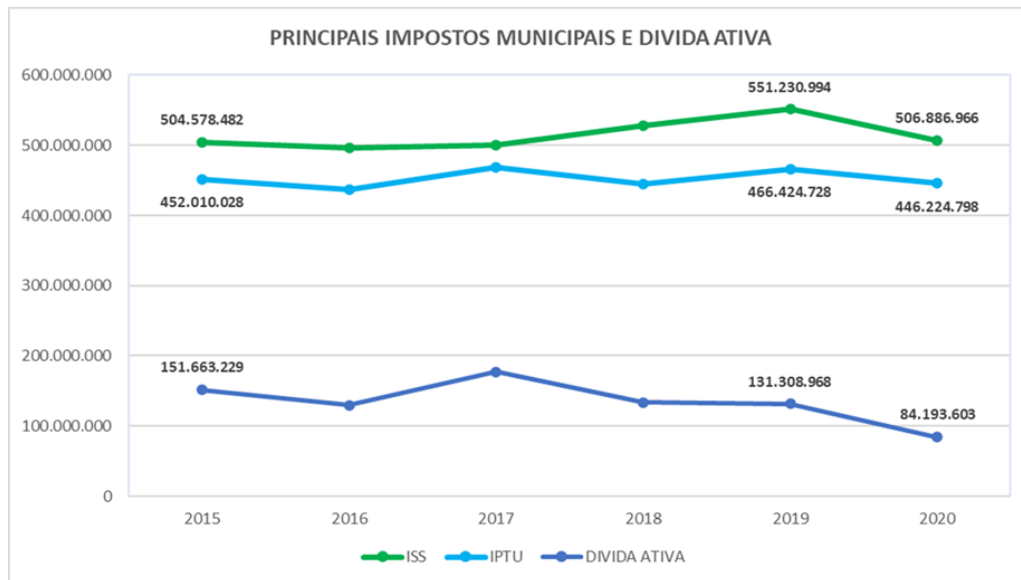
12. Em relação ao montante arrecadado as receitas tributárias, outras receitas correntes, transferências correntes, operações de créditos e transferências de capital tiveram uma participação significativa, conforme ilustrado no gráfico abaixo:



13. O gráfico a seguir demonstra a evolução da arrecadação dos Principais Impostos Municipais e Dívida Ativa no período de 2015 a 2020:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

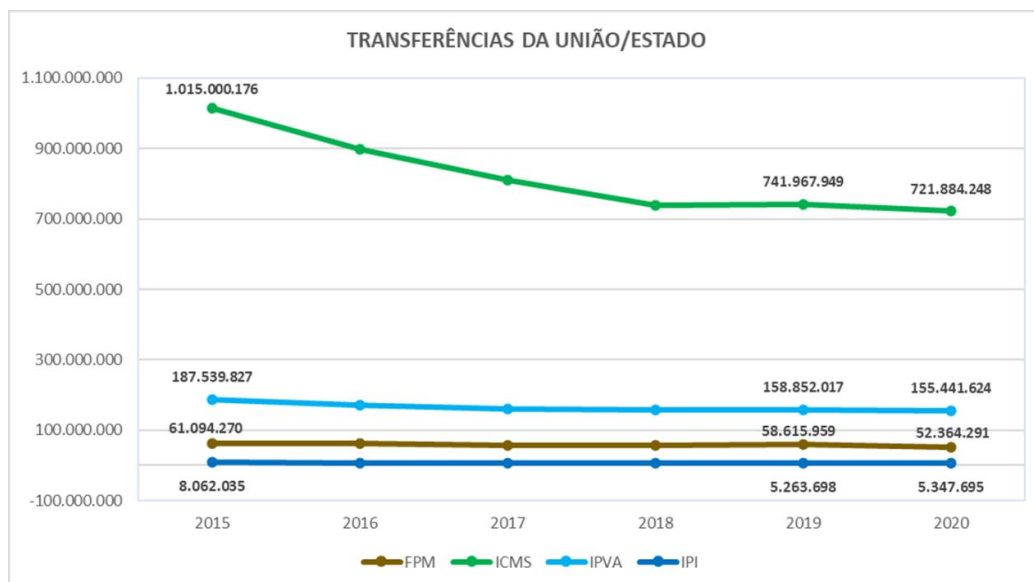


Valores atualizados (IPCA-15 -janeiro de 2021), em reais

Sistema financeiro

Observa-se que no exercício de 2020 houve queda de arrecadação de ISS, IPTU e Dívida Ativa em virtude dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, devido à diminuição da atividade econômica

14. O gráfico a seguir demonstra a evolução da arrecadação das Principais Transferências Federais e Estaduais recebidas no período de 2015 a 2020:



Valores atualizados (IPCA-15 -janeiro de 2021), em reais

Sistema financeiro

Observa-se que no exercício de 2020 houve queda de arrecadação no grupo de Transferências Correntes decorrentes principalmente da queda do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, redução das cotas partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

15. No grupo Outras Receitas Correntes o montante de R\$ 90.186.625,94 referente às demais receitas correntes constantes no Balanço Orçamentário estão detalhadas a seguir:

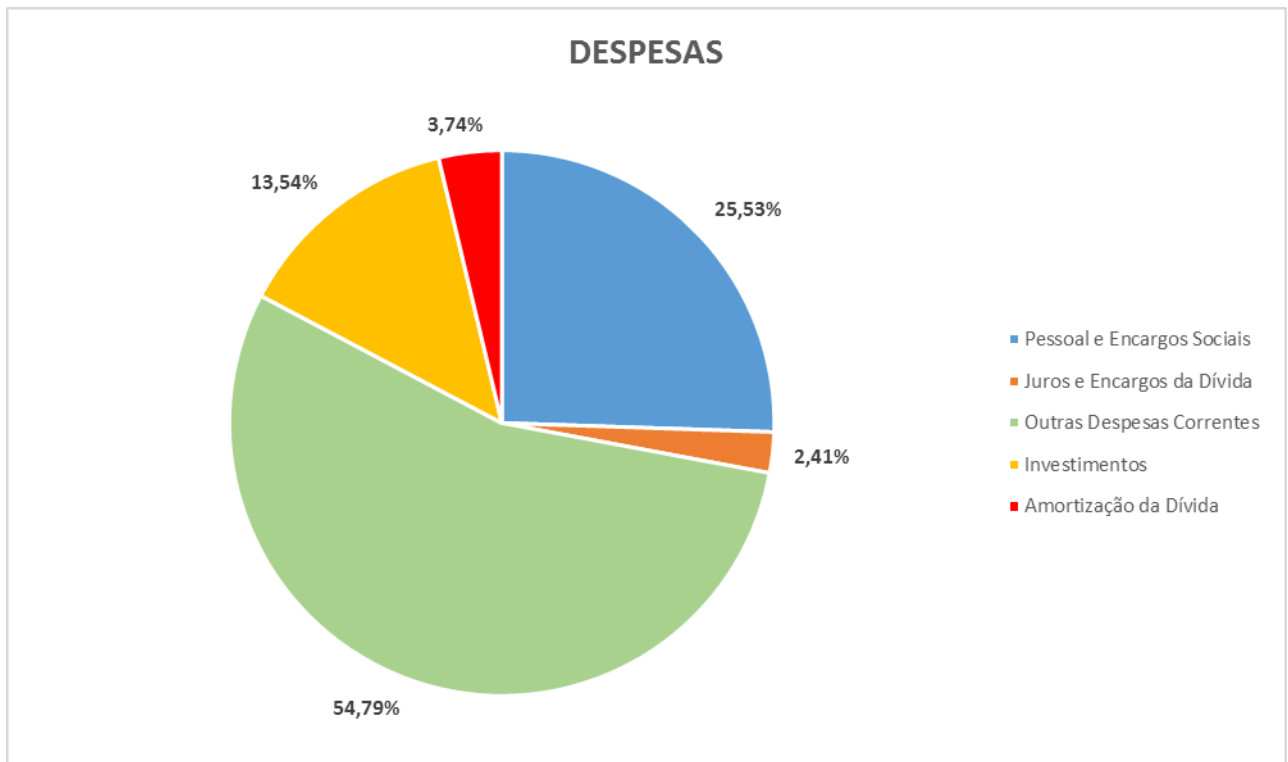
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		
DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	RECEITA REALIZADA
Acréscimos sobre Parcelamentos	4.320.000,00	3.548.881,18
Crédito, Multas e Juros de Dívida Ativa não Tributários	619.000,00	588.658,32
Compensação Pecuniária para Regularização de Construções	5.000,00	14.191,75
Fundos Vinculados	32.816.000,00	42.592.257,73
Doações para Enfrentamento do COVID-19	-	716.372,87
Outras Receitas Próprias	2.731.000,00	9.262.752,81
Receita pela Utilização de Áreas dest.Feiras Livres e de Domínio Público	511.000,00	450.519,61
Receitas Desvinculadas EC 93/2016 - LM6598/2017-DREMU	10.000.000,00	30.914.120,67
Reversão do Saldo da Rubrica Extra-Orçamentária - Tesouraria - 9251	-	2.000.000,00
Receita Referente Decreto Municipal nº 20544/2018	-	98.871,00
TOTAL	51.002.000,00	90.186.625,94

16. As despesas orçamentárias apuradas no decorrer do exercício são compostas por correntes e capital, cujos detalhamentos são demonstrados por grupo de natureza de despesa, que agrega os gastos com as mesmas características quanto ao objeto.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR	AV
Pessoal e Encargos Sociais	988.579.409,41	25,53%
Juros e Encargos da Dívida	93.226.302,22	2,41%
Outras Despesas Correntes	2.121.398.150,12	54,79%
Investimentos	524.158.308,12	13,54%
Amortização da Dívida	144.689.379,79	3,74%
TOTAL DE DESPESAS	3.872.051.549,66	100,00%

17. Em relação ao montante de despesas executadas os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos tiveram uma participação significativa, conforme ilustrado no gráfico abaixo:



18. As despesas com pessoal e encargos no montante de R\$ 988.579.409,41 são gastos com pessoal ativo, incluindo vencimentos e vantagens, subsídios, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais, bem como os encargos sociais e as contribuições às entidades de previdência.
19. Outras despesas correntes no montante de R\$ 2.121.398.150,12, são provenientes de aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas de custeio não classificáveis nos demais grupos de despesa corrente.
20. Os grupos de despesas - Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida tiveram reflexos decorrentes da Lei Complementar nº 173 de 2020 (Artigo 1º, § 1º, inciso I), que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao COVID-19 e suspendeu os pagamentos das dívidas contratadas entre a União e o Município. Segue demonstrativo dos contratos que foram objeto das suspensões:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Empréstimo (Nome do Programa)	Nº contrato financiamento	Período	Aditamento
PNAFM	0085.265-19	01/06/20 a 01/12/20	Sim
PNAFM II	0344.018-60	15/06/20 a 15/12/20	Sim
PNAFM III	0520.049-83	15/06/20 a 15/12/20	Sim
Programa Pró-Saneamento Área I	0164.804-60	13/06/20 a 13/12/20	Sim
Programa Pró-Saneamento Área II	0149.445-05	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC - Saneamento para Todos - JK	0192.614-59	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC - Saneamento para Todos - Mininha e Colina	0217.055-49	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC - Saneamento para Todos - Ribeirão dos Couros I	0249.516-85	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC - Pró-Moradia - Três Marias	0229.052-61	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC - Pró-Moradia - Parque São Bernardo	0295.009-11	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC - Saneamento para Todos - Ribeirão dos Couros II	0293.598-94	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC - Saneamento para Todos - Córrego Chrysler	0293.599-07	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC II - Saneamento para Todos - Córrego Capuava	0347.558-70	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC II - Saneamento para Todos - Córrego Pindorama	0347.525-71	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC II - Saneamento para Todos - Córrego Ipiranga	0347.555-47	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC II - Pró-Moradia - Córregos Colina e Saracantan	0349.814-12	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PAC II - Mobilidade Grandes Cidades - Corredor Leste-Oeste	0396.652-55	13/06/20 a 13/12/20	Sim
PMAT III	13.2.0754.1	15/01/20 a 15/12/20	Sim
Aporte de Contrapartidas PAC - CPAC II	0417.795-38	15/06/20 a 15/12/20	Sim
FINISA	0504.429-40	15/06/20 a 15/12/20	Sim

21. No subgrupo Amortização de Dívida - Outras Dívidas estão compostas conforme detalhamento do quadro abaixo:

DESPESAS DE CAPITAL - OUTRAS DÍVIDAS					
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Contribuições INSS - PASEP	2.369.000,00	2.369.000,00	2.368.383,32	2.347.668,61	2.347.668,61
Pagamento de Dívida, Encargos e Juros	192.256.000,00	99.952.123,35	98.024.682,91	98.024.682,91	98.024.682,91
Parcelamento - Fundo de Previdência do Servidor	8.419.000,00	8.419.000,00	8.417.574,84	8.417.574,84	8.417.574,84
Precatórios - Cíveis	28.738.000,00	27.812.239,78	27.710.844,40	27.710.844,40	27.710.844,40
Precatórios - Cíveis Alimentares	6.267.000,00	6.372.708,61	6.359.394,42	6.359.394,42	6.359.394,42
Precatórios - Trabalhistas	1.870.000,00	1.822.998,08	1.808.499,90	1.808.499,90	1.808.499,90
TOTAL	239.919.000,00	146.748.069,82	144.689.379,79	144.668.665,08	144.668.665,08

22. Investimentos no montante de R\$ 524.158.308,12 correspondem ao total das despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

23. As despesas intraorçamentárias empenhadas no exercício, cuja modalidade de aplicação é "91", estão detalhadas no quadro abaixo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

DESCRIÇÃO DE DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	EMPENHADO
Contribuição - Planos de Saúde do Funcionalismo	58.975.116,88
Contribuição - Planos de Saúde do Funcionalismo - Profis. do Magistério	58.519,14
Contribuição Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo - Sbcprev	62.801.537,53
Contribuição - Sbcprev - Profissionais do Magistério	22.825.523,26
Contribuição - Sbcprev - Profissionais do Magistério - Creche	6.239,15
Contribuição - Sbcprev - Profissionais do Magisterio - Pré-Escola	9.846.042,94
Gestao do Fundo Social de Solidariedade	98.871,00
Indenizações e Restituições	9.251.013,65
Pagamento de Dívida, Encargos e Juros - Faculdade	7.257.109,69
Parcelamento - Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo - Sbcprev	19.266.462,97
TOTAL GERAL	190.386.436,21

24. Restos a pagar no montante de R\$ 205.587.934,35 corresponde à somatória das despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, são classificadas em processados (despesas liquidadas) e não processados (despesas pendentes de liquidação), e estão detalhadas por função de governo no quadro abaixo:

RESTOS A PAGAR POR FUNÇÃO DE GOVERNO	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
ESSENCIAL À JUSTIÇA	41.672,04	66.141,05
ADMINISTRAÇÃO	7.964.166,14	10.696.572,29
SEGURANÇA PÚBLICA	44.209,57	8.469.459,42
ASSISTÊNCIA SOCIAL	270.030,63	1.183.477,93
SAÚDE	3.026.009,16	28.734.328,33
TRABALHO	8.788,10	3.551.797,68
EDUCAÇÃO	5.875.095,55	61.614.754,29
CULTURA	60.172,68	424.564,07
URBANISMO	4.462.364,24	29.678.792,35
HABITAÇÃO	1.298.895,16	9.610.903,29
SANEAMENTO	-	1.676.729,15
GESTÃO AMBIENTAL	23.412,16	139.856,62
COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.468,65	-
COMUNICAÇÕES	47.519,48	-
TRANSPORTE	5.100.178,12	20.607.495,18
DESPORTO E LAZER	119.245,19	98.604,63
ENCARGOS ESPECIAIS	55.826,89	630.404,31
TOTAL GERAL	28.404.053,76	177.183.880,59

25. Na conciliação do Balanço Orçamentário em comparação com a Demonstração dos Fluxos de Caixa, os campos "Outros ingressos" e "Outros desembolsos" do fluxo de caixa das atividades operacionais contemplam valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, exemplos: recebimentos e pagamentos



extra orçamentários; retenções e transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente, e que ainda não sofreram o processamento da despesa orçamentária, etc., conforme orienta a IPC 08 e MCASP 6º edição.

Demonstração dos Fluxos de Caixa	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	205.391.714,25
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(472.512.377,51)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	308.679.896,66
Geração Líquida de Caixa (I)	41.559.233,40
Balanco Orçamentário	
RECEITA REALIZADA	4.091.169.927,27
DEPESA DO ORÇAMENTO PAGAS	3.666.463.615,31
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	159.705.587,67
RESTOS A PARGAR PROCESSADOS PAGOS	47.073.353,09
Geração Líquida de Caixa (II)	217.927.371,20
Diferença (III)= (I) - (II)	(176.368.137,80)
Demonstração da Diferença	
Outros Ingressos Operacionais (DFC)	4.024.700.440,75
Outros Desembolsos Operacionais (DFC)	3.848.332.302,95
TOTAL	176.368.137,80

BALANÇO FINANCEIRO

26. A Secretaria do Tesouro Nacional atualizou o Anexo 13 fixando que o Balanço Financeiro deve discriminar as receitas e despesas por Destinação de Recursos.
27. As receitas e despesas orçamentárias possuem, nesta peça os mesmos critérios de classificação adotados no Balanço Orçamentário.
28. As disponibilidades líquidas de Valores em Circulação e Bancos, transferidas do exercício de 2019 totalizaram a importância de R\$ 489.124.160,11, as quais, em decorrência da gestão financeira do exercício de 2020, passaram para o patamar de R\$ 530.683.393,51.
29. O resultado financeiro apurado no demonstrativo encontra-se detalhado no quadro abaixo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	530.683.393,51
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	489.124.160,11
= Resultado Financeiro do Exercício	41.559.233,40

Receitas Orçamentárias	4.091.169.927,27
(+) Transferências Financeiras Recebidas	3.286.564,36
(+) Recebimentos Extraorçamentários	4.050.633.672,94
(-) Despesa Orçamentária	3.872.051.549,66
(-) Transferências Financeiras Concedidas	188.591.487,23
(-) Pagamentos Extraorçamentários	4.042.887.894,28
= Resultado Financeiro do Exercício	41.559.233,40

30. Os recursos vinculados foram classificados conforme grupos da tabela de código de aplicação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
31. A disponibilidade financeira de destinação “Saúde Recursos Próprios” é suportada com recursos de destinação “Tesouro Não Vinculado”, haja vista aplicação superior ao mínimo Constitucional de 15%.
32. A disponibilidade financeira de destinação “Educação - Recursos Próprios” é suportada com recursos de destinação “Tesouro Não Vinculado”, haja vista aplicação superior ao mínimo Constitucional de 25%.
33. O montante de R\$ 4.050.633.672,94 refere-se a ingressos extra orçamentários de caráter temporário, compostos por Restos a Pagar, Cauções, Depósitos e demais entradas compensatórias que não afetam o patrimônio público.
34. O montante de R\$ 4.042.887.894,28 refere-se aos dispêndios extra orçamentários de caráter temporário composto por Restos a Pagar, Cauções, Depósitos e demais saídas compensatórias que não afetam o patrimônio público.
35. A arrecadação de recursos vinculados aos Royalties nos códigos de aplicação 140.00000 - ANP5 (Compensação Financeira para Extração de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás), CFRH5 (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos), FEP5 (Cota Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP) e CFRM (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Minerais), totalizaram o valor de R\$ 6.885.684,21 no decorrer do exercício conforme quadro abaixo:



DESCRIÇÃO	VALOR
Juros de Títulos de Renda - Royalties Petróleo Extraído da Plataforma Continental	123.982,65
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	1.507.503,32
Compensação Financeira pela Extração Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás - União	3.351.793,23
Compensação Financeira pela Extração Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás - Estado	1.902.405,01
TOTAL	6.885.684,21

36. A arrecadação no montante de R\$ 326.405.038,23 e os gastos no valor de R\$ 446.885.344,32 referem-se a recursos específicos para aplicação em convênios, entidades ou fundos não vinculados.

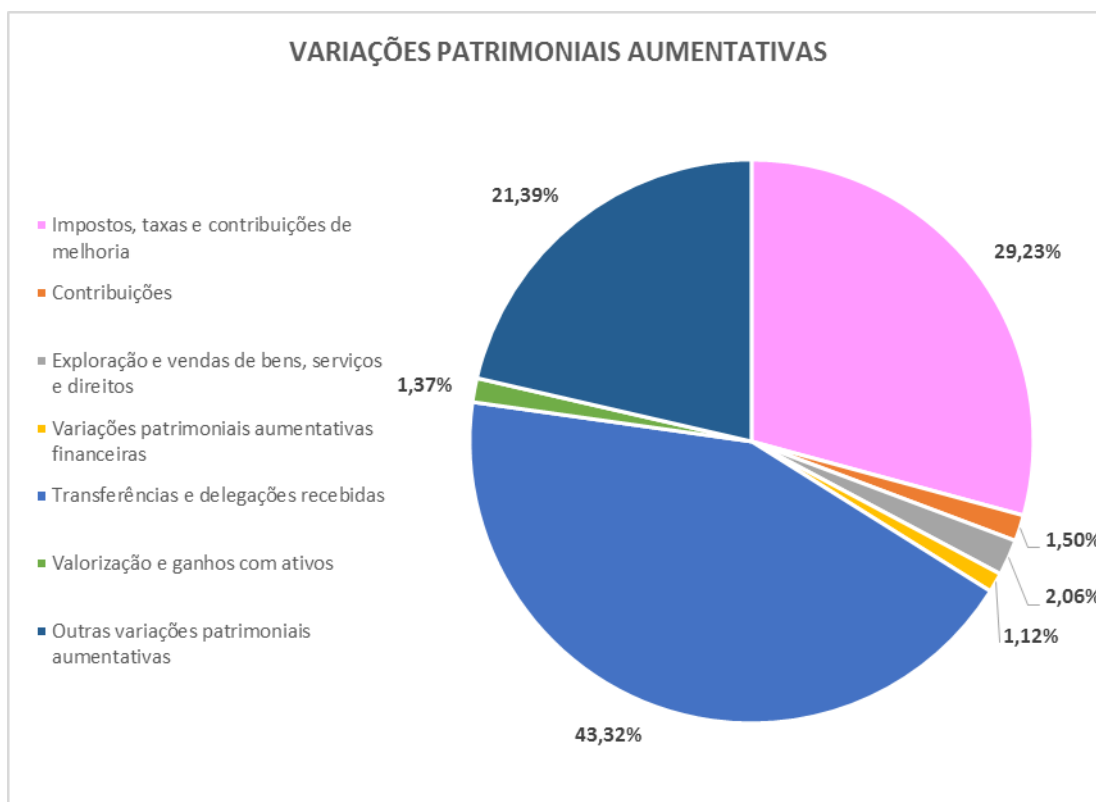
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

37. A partir da convergência dos demonstrativos contábeis às NICSP a Demonstração das Variações Patrimoniais mudou o foco de orçamentário para patrimonial considerando no cálculo do resultado patrimonial as Variações Quantitativas (modificações da composição patrimonial, com alteração do resultado patrimonial), e as Variações Qualitativas (modificações da composição patrimonial, sem alteração do resultado patrimonial) passaram a ser informadas como um complemento específico.

38. No grupo Variações Patrimoniais Aumentativas a arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria tiveram uma participação de 29,23% em relação ao total das variações aumentativas; e as Transferências e delegações recebidas 43,32% que são compostas por Transferências da União e dos Estados e Devolução das transferências dos duodécimos à Câmara.



SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		A/V
VARIAÇÕES	R\$	
(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	4.906.619.551,77	
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	1.434.184.562,00	29,23%
Contribuições	73.668.208,13	1,50%
Exploração e vendas de bens, serviços e direitos	101.217.490,73	2,06%
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	54.932.070,12	1,12%
Transferências e delegações recebidas	2.125.753.884,52	43,32%
Valorização e ganhos com ativos	67.465.263,86	1,37%
Outras variações patrimoniais aumentativas	1.049.398.072,41	21,39%
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	5.202.153.632,76	
Pessoal e encargos	1.076.888.285,38	20,70%
Benefícios previdenciários e assistenciais	7.198.706,41	0,14%
Uso de bens, serviços e consumos de capital fixo	1.884.488.248,85	36,23%
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	159.494.438,84	3,07%
Transferências e delegações concedidas	655.502.866,45	12,60%
Desvalorização e perdas de ativos	93.663.369,06	1,80%
Tributárias	43.335.558,89	0,83%
Outras variações patrimoniais diminutivas	1.281.582.158,88	24,64%
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(295.534.080,99)	



39. O subgrupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras no valor de R\$ 13.033.793,62 refere-se à atualização monetária de impostos, taxas e dívida ativa.



40. No subgrupo Outras Transferências e Delegações Recebidas o montante de R\$ 987.538,93 refere-se a doações recebidas para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

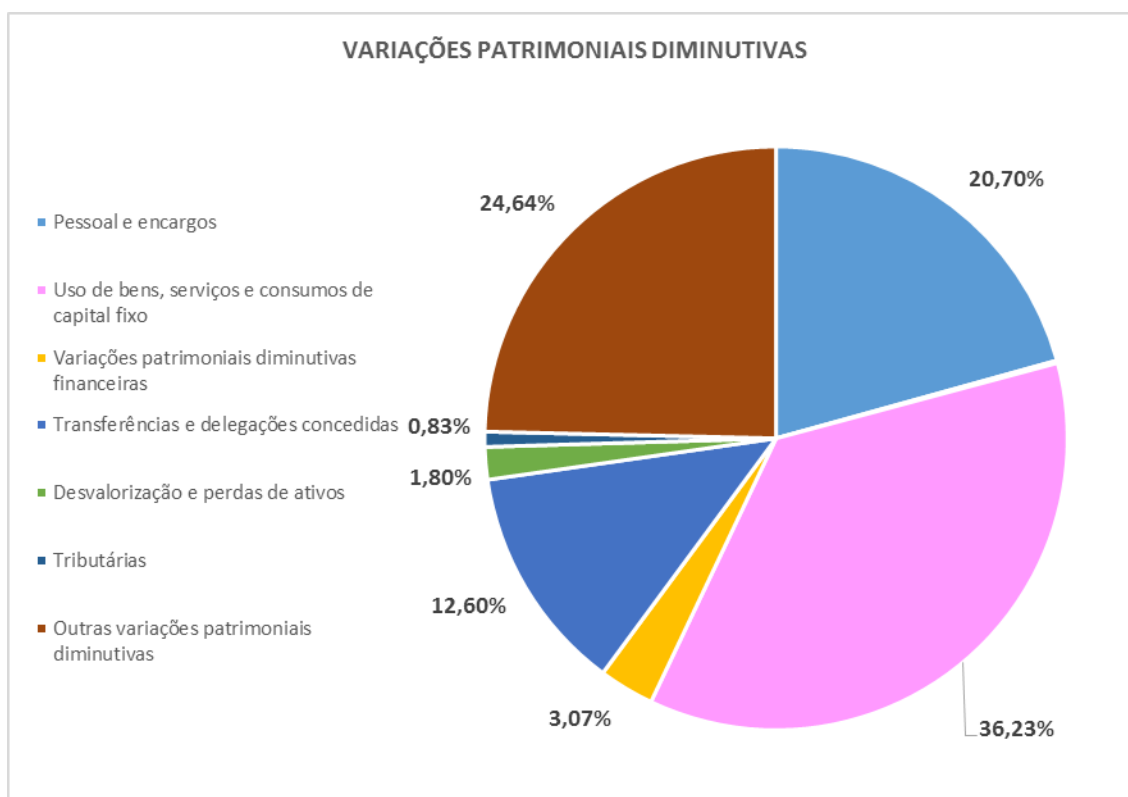
41. No grupo Valorização e Ganhos com Ativos o valor de R\$ 67.465.263,86 tem o seu detalhamento a seguir:

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	VALOR
Ganho Líquido com a alienação de bens móveis em almoxarifado	2.348.738,44
Alienação de Bens Imóveis	14.189.621,52
Ganhos com incorporação de ativos - Imóveis	34.630.029,49
Ganhos com incorporação de ativos - Depósitos Efetuados a TJSP	15.404.947,27
Ganhos com desincorporação de passivos	891.927,14
TOTAL GERAL	67.465.263,86

42. No subgrupo Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, o valor de R\$ 825.064.917,95 está detalhado conforme quadro abaixo:

DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR
Amortização de Deságio em Investimentos	263.021.583,20
Multas Administrativas	34.406.651,45
Indenizações	57.794.644,61
Cobrança Administrativa e Judicial da Dívida Ativa	451.437.227,52
Depósitos Judiciais e Administrativos LC 151/2015	10.948.697,43
Demais Ingressos	2.991.720,62
Atualização dos Precatórios	4.464.393,12
TOTAL GERAL	825.064.917,95

43. No grupo Variações Patrimoniais Diminutivas os gastos com pessoal e encargos representam 24,64%; uso de bens, serviços e consumos de capital fixo 36,23% que representam o uso de materiais de consumo e gastos com serviços; e 0,83% oriundas das transferências concedidas à Administração Indireta.



44. No subgrupo Variações Patrimoniais Diminutivas de Constituição de Provisões o valor de R\$ 348.531.101,11 refere-se à atualização dos valores de ajustes de perdas de Dívida Ativa.

45. A metodologia utilizada para o cálculo da constituição do Ajuste de Perdas para recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa foi baseada no histórico de recebimentos passados, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8ª Edição e em conformidade ao estabelecido pela Resolução CFC nº 2016/NBCTSPEC - Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Estrutura Conceitual, onde o Ajuste de Perdas para Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa deve ser constituído para atender principalmente ao Princípio da Prudência, que impõe a escolha da hipótese que resulte em menor Patrimônio Líquido.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Secretaria de Finanças - Depto do Tesouro - Seção de Cobrança
Provisão de Não-Recebimento da Dívida Ativa 2020
METODOLOGIA BASEADA NO HISTÓRICO DE RECEBIMENTOS PASSADOS

	Tributário			
	111 - IMPOSTOS	112 - TAXAS	113 - CONTR. DE MELHORIA	DEMAIS CÓDIGOS
Média dos percentuais de recebimento nos 3 últimos exercícios	2,80%	5,18%	-	-
Percentual do Ajuste de Perdas	97,20%	94,82%	-	-
Percentual do Valor Inscrito em Dívida Ativa ao término do exercício 2019	97,20%	94,82%	-	-
Montante a ser ajustado ao término do exercício 2019	2.803.737.138,71	428.149.331,80	-	-
Expectativa de Recebimento (2020)	80.766.090,42	23.389.723,04	-	-

	Não Tributário
Média dos percentuais de recebimento nos 3 últimos exercícios	3,20%
Percentual do Ajuste de Perdas	96,80%
Percentual do Valor Inscrito em Dívida Ativa ao término do exercício 2019	96,80%
Montante a ser ajustado ao término do exercício 2019	1.505.576.588,53
Expectativa de Recebimento (2020)	49.771.126,89

46. Registre-se que a metodologia disponibilizada não computa os cancelamentos, alterações e ajustes apurados durante o exercício acima analisado. Estas adequações são necessárias para que sejam refletidos os valores contabilizados no Balanço Anual.

47. A evolução das Variações Patrimoniais Aumentativas (item 33) e Diminutivas (item 38) no período de 2020 resultou em decréscimo Patrimonial.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

48. O objetivo da Demonstração de Fluxos de Caixa é contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público, pois segundo o Manual de Contas Aplicadas ao Setor Público - MCASP, esta demonstração permite inferir, em nível macro, quais foram as decisões de alocação de recursos na prestação dos serviços públicos.
49. O quadro abaixo demonstra a soma das disponibilidades existentes no final do exercício de 2020 e apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos: Operacional, de Investimento e de Financiamento.

TÍTULOS	EXERCÍCIO ATUAL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
INGRESSOS	7.455.761.441,61
DESEMBOLSOS	7.250.369.727,36
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	205.391.714,25
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
INGRESSOS	30.391.473,27
DESEMBOLSOS	502.903.850,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(472.512.377,51)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
INGRESSOS	453.349.315,34
DESEMBOLSOS	144.669.418,68
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	308.679.896,66
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	41.559.233,40
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	489.124.160,11
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	530.683.393,51



BALANÇO PATRIMONIAL

50. O Balanço Patrimonial em sua premissa, evidencia a situação patrimonial do Município de forma qualitativa e quantitativa, cuja análise de seus indicadores, demonstrados no resultado acumulado, auxilia a avaliação dos gestores.
51. O Balanço Patrimonial apresenta a posição estática do patrimônio da entidade no final do exercício de 2020. Com a aprovação da NBCT 16.6 a estrutura foi alterada, passando de Ativo e Passivo Financeiro e Permanente para Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante.

ATIVO REAL	8.635.560.602,73
Ativo Financeiro	649.063.572,37
Ativo Permanente	7.986.497.030,36
PASSIVO REAL	3.733.036.268,59
Passivo Financeiro	473.832.188,06
Passivo Permanente	3.444.492.674,48
(-) Restos a Pagar não processados	185.288.593,95
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.902.524.334,14

52. O Ativo Circulante compreende os ativos realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
53. No decorrer do exercício de 2020 o saldo de créditos tributários a receber (Tributos e demais contribuições) teve um acréscimo em virtude de revisão nos sistemas e fluxos que alimentam esta conta contábil, encerrando o exercício no montante de R\$ 178.983.999,64.
54. No exercício de 2020 o Município assumiu o estoque de precatórios vinculados ao seu CNPJ – ainda que oriundos da antiga FUPREM – e segregou ao SBCPrev somente os pagamentos dos precatórios expedidos em seu nome.
55. As baixas contábeis em face dos precatórios no exercício de 2020 foram no montante de R\$ 159.430.242,44, sendo R\$ 26.184.708,67 – Alimentares e R\$ 133.245.533,77 – Não Alimentares.
56. O Ativo Não Circulante compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.



57. Demais Investimentos Permanentes no montante de R\$ 249.068.233,48 refere-se a Investimentos realizados na assessoria e implantação dos Processos Digitais, instalação e cabeamento de dados e elétrica, e serviços de manutenção de equipamentos de rede.

58. Outros Créditos e Valores a Longo Prazo no valor de R\$ 2.865.056,10 é composta pelo valor de R\$ 1.286.581,78 refere-se ao reconhecimento do direito a receber de uma dívida contratual e o montante de R\$ 1.578.474,32 são os valores de precatórios a receber em ações indenizatórias.

59. O grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo”, o montante de R\$ 4.544.549,66 referem-se a Títulos e Valores Mobiliários, conforme quadro abaixo:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 31/12/2020
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.	688.201	0,02	13.764,02
BANCO SANTANDER MERIDIONAL S.A. (SANB4)	384	23,49	9.020,16
ELETROBRAS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR (LIPR3)	3.855	79,00	304.545,00
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETR. DE SÃO PAULO S.A. (ELPL4)	25.547	49,39	1.261.766,33
ENERGIAS DO BRASIL S.A. (ENBR3)	18.588	19,65	365.254,20
EMAE EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. (EMAE4)	6.554	75,41	494.237,14
COMPANHIA DE TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA (TRPL4)	48.996	27,81	1.362.578,76
CPFL ENERGIA S.A. (CPFE3)	22.531	32,55	733.384,05
TOTAL			4.544.549,66

60. O acréscimo nos valores de Títulos e Valores Mobiliários em 2020 refere-se à aquisição de 36.647 ações da Companhia de Transmissão Energia Elétrica Paulista (TRPL4).

61. No exercício de 2020 houve alteração de fluxo dos registros de bens patrimoniais móveis com respectivas depreciações, sendo sua contabilização baseada nas informações constantes no sistema de controle patrimonial do município. Segue detalhamento da atualização da conta contábil - Bens Móveis no montante de R\$ 324.071.207,19, conforme quadro abaixo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

BENS MÓVEIS	VALOR
Aparelhos de Medição e Orientação	2.278.962,65
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3.517.942,55
Aparelhos, Equip. e Utensílios Médicos, Odontológicos, Lab. E Hospitalares	86.449.925,96
Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	4.080.565,15
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	4.945.022,14
Máquinas e Equipamentos Industriais	260.329,74
Máquinas e Equipamentos Energéticos	4.727.213,63
Máquinas e Equipamentos Gráficos	26.567,13
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	5.158.438,81
Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	42.235,85
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	5.969.383,14
Outra Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	8.184.977,89
Equipamentos de Processamento de Dados	82.122.672,38
Aparelhos e Utensílios Domésticos	8.315.802,39
Máquinas e Utensílios de Escritório	1.084.736,00
Mobiliário em Geral	64.061.339,88
Instrumentos Musicais e Artísticos	726.769,75
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	12.191.670,69
Obras de Arte e Peças para Exposição	459.587,93
Veículos em Geral	26.002.192,18
Veículos de Tração Mecânica	283.713,00
Embarcações	632.183,90
Outros Bens Móveis	2.548.974,45
TOTAL	324.071.207,19

62. No quadro acima o item Outros Bens Móveis registra o valor das despesas realizadas com materiais e equipamentos não contemplados em subitens específicos do Anexo II Tabela de Escrituração Contábil - Tabelas Auxiliares 2020.

63. A taxa de depreciação utilizada teve como base o método das cotas constantes conforme Instrução Normativa SFR nº 162 de 31 de dezembro de 1.998 (anexos I e II). Que trata da quota de depreciação a ser registrada na escrituração da pessoa jurídica.

64. O registro e atualização dos Bens Imóveis no montante de R\$ 7.198.472.881,69 foi realizado com base em relatório expedido pelo Departamento da Receita, e atualizado de acordo com os valores constantes do referido documento.

65. O Passivo Circulante compreende os passivos exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

66. No grupo do Passivo Circulante - Demais Obrigações a Curto Prazo o montante de R\$ 127.891.234,43 está detalhado a seguir:



DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	VALOR
Consignações de Folha	6.855.959,44
Depósitos - Judiciais	1.067.012,81
Depósitos de Terceiros e Cauções	14.693.097,34
Outros Depósitos	109.886.682,58
Indenizações e Restituições de Exercícios Anteriores	483.566,62
RPPS - Retenções sobre Vencimentos e Vantagens	9.350,07
TOTAL	132.995.668,86

67. No quadro acima o item Outros Depósitos integrante nas Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 109.886.682,58 é composto por Fundo de Reservas de Depósitos Judiciais - LC 151/2015, Rentabilidades Recursos Vinculados do Orçamento Geral da União - OGU, Recolhimentos e Pendências de Tesouraria.

68. O Passivo não Circulante compreende os passivos exigíveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

69. Os grupos do Compensado contêm contas representativas de atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo o Ativo e Passivo, tais como Fianças, Garantias e Contra garantias, Convênios firmados entre Entidades e Termo de Parceria com Terceiros.

70. A apuração do resultado acumulado está detalhada conforme quadro a seguir:

RESULTADOS ACUMULADOS	(681.961.758,98)
Resultado do Exercício	(295.534.080,99)
Superávit ou Déficit Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão - Rotativo São Bernardo do Campo	1.161.229,51
Resultado de Exercícios Anteriores	(27.938.348,02)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(359.650.559,48)

O resultado deficitário apurado no valor de R\$ 681.961.758,98 no exercício foi impactado pelos seguintes fatos:

- ✓ Registro da Depreciação Acumulada referente aos bens móveis na conta contábil "Ajustes de Exercícios Anteriores";
- ✓ Aportes Financeiros e Encargos Patronais pendentes de pagamentos no período de março a dezembro de 2020 ao Regime Próprio de Previdência do Servidor;
- ✓ Impacto da variação cambial na dívida externa e os reflexos decorrentes da LC 173/2020 que suspendeu os pagamentos das dívidas internas contratadas entre a União e o Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

71. Em atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, ao qual determina que o município deverá considerar a renúncia na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual. A Lei Municipal nº 6.870, de 12 de dezembro de 2019 - LOA 2020 em um dos seus anexos demonstram os valores previstos de renúncia, conforme demonstrativos abaixo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
ORÇAMENTO FISCAL - 2020

DEMONSTRATIVO DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO ÀS RENÚNCIAS DE RECEITA
Art. 5º inc. II e Art. 14 inc. I - Lei Complementar nº 101/2000

IPTU/TAXAS

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Aposentados/Pensionistas	Lei Municipal 6.594/2017	5.653
Ex-combatentes	Lei Municipal 6.594/2017	13
Hortifrutigranjeiros / Cobertura Vegetal	Lei Municipal 6.594/2017	154
Isenção Automática (R\$ 56.057,50)	Lei Municipal 6.594/2017	1.006
Cobertura Vegetal	Lei Municipal 6.594/2017	3.239
Aposentados/Cobertura Vegetal	Lei Municipal 6.594/2017	25
Aposentados/isenção Automática (R\$ 56.057,50)	Lei Municipal 6.594/2017	66
Remissão em decorrência da incapacidade econômica / financeira do contribuinte	Lei Municipal 6.594/2017	87
Demais Isenções / Entidade Sem fins Lucrativos	Lei Municipal 6.594/2017	8.093
Desconto p/ Pagamento Antecipado	Leis Municipais 5.175/2003 e 5.232/2003	8.342
Templos	Lei Municipal 6.594/2017 e 6.593/2017	6.307
Autarquias Municipais	Lei Municipal 6.594/2017	73
Programa de incentivo fiscal	Lei Municipal 6.625/2017	5.190
Incentivo à regularização de áreas e ajustes de alíquotas	Lei a ser criada	5.356
Benefícios para os empreendimentos habitacionais produzidos pela CDHU	Leis 6.328/2014 e 6.594/2017	4.152
Incentivo programas institucionais	Lei a ser criada	4.516
Universidade Pública	Lei Municipal 6.594/2017	62
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	6.307
Restrição de uso de imóvel por ato administrativo	Lei a ser criada	2.637
Total		61.278

ISSQN

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Desconto p/ Pagamento Antecipado	Leis Municipais 5.175/2003 e 5.232/2003	21
Incentivo a programas institucionais e de cunho legal / Demais Isenções / Remissão	Lei Municipal 6.594/2017, alteradoras LM 1802/69 e demais a ser criada	878
Programa de incentivo fiscal	Lei a ser criada	1.557
Incentivo a programas habitacionais	Lei a ser criada	189
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	3.351
Total		5.996

TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE / FUNCIONAMENTO / SANITÁRIA/ OBRAS

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Entidades/Templos	Lei Municipal 6.594/2017 e 6.593/2017	446
Desconto p/ pagamento antecipado	Lei Municipal 5.175/2003 e 5.232/2003	359
Autarquias Municipais	Lei Municipal 6.594/2017	7
Entidades de Apoio à Educação (APMs)	Lei Municipal 6.594/2017	62
Universidade Pública	Lei Municipal 6.594/2017	5
Isenção às Microempresas Individuais (MEIs)	Lei Municipal 6.036/2010	3.572
Isenção por incentivo a programas habitacionais e regularizações de áreas	Lei a ser criada	1.557
Incentivo à mobilidade urbana	Lei a ser criada	83
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	43
Incentivo a programações culturais, festivas e de lazer	Lei a ser criada	298
Total		6.432

CIP

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Desconto p/ Pagamento Antecipado	Lei Municipal 5.175/2003 e 5.232/2003	27
Benefícios para os empreendimentos habitacionais produzidos pela CDHU	Lei a ser criada	6
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	43
Total		76



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

ITBI

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Incentivo à regularização da propriedade e Demais Títulos	Lei a ser criada	6.811
Isonção por incentivo a programas habitacionais	Lei a ser criada	870
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	365
Total		8.046

OUTROS TRIBUTOS E MULTAS TRIBUTÁRIAS

MODALIDADE	Base Legal	R\$ (milhares)
Incentivo à mobilidade urbana	Lei a ser criada	118
Programa de incentivo à adimplência	Lei a ser criada	1.164
Incentivo a programações culturais, festivas e de lazer	Lei a ser criada	95
Total		1.377

PREVISÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA PARA 2020	R\$ (milhares)
TOTAL GERAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS PREVISTOS PARA 2020 (VALORES CORRENTES)	83.205

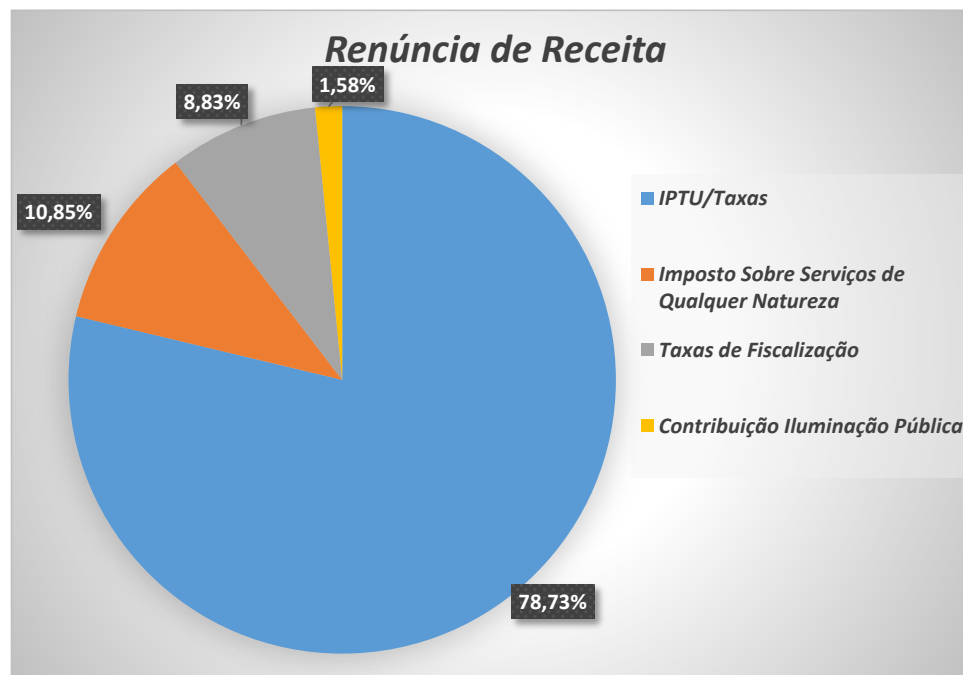
Fontes: Departamento da Receita - SF1 e e Sistema de expectativas do Banco Central do Brasil (critério mediana) de 12/07/2019: IPCA-15 2019: 3,8% e IPCA-15 2020: 3,9.

72. Os valores renunciados se deram de diversas modalidades, sendo no total 64% dos valores previstos, conforme demonstrado no quadro abaixo.

TRIBUTOS/CONTRIBUIÇÃO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	ESTIMATIVA ATUALIZADA (R\$ milhões)
ISSQN, ITBI e Taxa de Fiscalização de Obras	Isonção	Isonção de tributos incidentes sobre imóveis novos que atendam aos critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências.	6.629/2017	5,79
IPTU, Taxas Imobiliárias, ISSQN, Taxas de Fiscalização de Funcionamento, de Publicidade, Sanitária e Obras. CIP e Preço Público	Isonção / Remissão	Benefícios Fiscais gerais e concessão de isonção, remissão ou anistia aos créditos fiscais constituídos em nome da CDHU	6.328/2014, 6.593/2017 e 6.594/2017	31,09
IPTU	Desconto	Incentivo fiscal destinado a empresas que promovam a geração e manutenção de empregos diretos no Município de São Bernardo do Campo	6.625/2017	1,63
IPTU, Taxas Imobiliárias, ISSQN fixo, Taxas de Fiscalização de Funcionamento, de Publicidade, Sanitária e Obras. CIP	Desconto	Concessão de desconto no pagamento de tributos municipais, a depender da data do pagamento.	5.175/2003 e 5.232/2003	9,28
Taxas de Fiscalização de Funcionamento, de Publicidade e Sanitária	Isonção	Tratamento jurídico diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual e estímulo ao associativismo e ao cooperativismo no âmbito do município de São Bernardo do Campo	6.036/2010	4,71
CIP, IPTU, Taxas Imobiliárias	Remissão	Remissão da contribuição instituída pela Lei Municipal nº 5.114, de 26 de dezembro de 2002, e dos tributos e rendas municipais referidos nos incisos I, II, VI, VII, VIII e XII do art. 7º da Lei Municipal nº 6.594, de 28 de setembro de 2017, às unidades habitacionais provenientes de programa habitacional realizado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU e remissão dos tributos e rendas municipais referidos nos incisos I, II, VI, VII, VIII e XII do art. 7º da Lei Municipal nº 6.594, de 28 de setembro de 2017, às pessoas físicas que tenham sido beneficiadas por Programa de Regularização Fundiária executado pelo Município	6.852/2019	0,84
MONTANTE DE RENÚNCIA DE RECEITA CONCEDIDA EM 2020:				53,34



73. O Imposto Predial Urbano representa 78,73% do valor renunciado, sendo esses benefícios fiscais concedidos à aposentados/pensionistas, área de cobertura vegetal, pagamento antecipado, templos religiosos, programa de incentivo fiscal, habitações produzidas pela CDHU, programas institucionais, incentivo à adimplência, entidades sem fins lucrativos e demais isenções.



ABMAEL EVANGELISTA DA ROCHA
DIRETOR
SEÇÃO DE CONTABILIDADE

SANDRA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA
CONTADORA
CRC 1SP250840/O-7

ROGÉRIA LEITE SOARES GOMES
DIRETORA
DEPTO. CONTABILIDADE E CUSTOS

MARIA ISABEL DA SILVA COSTA
DIRETORA
DIVISÃO DE CONTABILIDADE